

**MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NAS RELAÇÕES  
DE TRABALHO: UM OLHAR DE GÊNERO  
NA INDÚSTRIA TÊXTIL<sup>1</sup>**

*Maria Helena Santana Cruz\**

**Resumo:** O estudo objetivou desvendar, sob a perspectiva de gênero, as transformações gestadas pela introdução das inovações tecnológicas e organizacionais na dinâmica das relações sociais, destacando os avanços observados na ampliação da cidadania e na universalização de direitos entre trabalhadores da indústria têxtil. Os dados indicam que o crescimento econômico e o desenvolvimento da indústria têm um impacto negativo, especialmente sobre a participação das mulheres na força de trabalho industrial.

**Palavras-chave:** Reestruturação produtiva. Indústria têxtil. Trabalho. Gênero.

A reestruturação produtiva que vem ocorrendo na indústria brasileira, de um modo geral – e, no setor têxtil, em particular –, constitui um processo bastante complexo. Na sua configuração, intervêm variáveis de diversas ordens. Ainda que a discussão dessas questões ultrapasse os limites deste artigo, parece importante considerar que a adoção e a experimentação de novas tecnologias e de novos métodos de gestão da produção e do trabalho constituem apenas

<sup>1</sup>A pesquisa que deu origem a esta comunicação teve o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Sergipe (FAP-SE) e do MTC/CNPq.

\* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Professora da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: helenacruz@uol.com.br.

um dos aspectos, talvez o mais visível ou discutido do processo de produção e desenvolvimento, marcados pela globalização, integração regional e reestruturação produtiva.

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada em uma indústria têxtil sergipana que passava por processos de reestruturação produtiva, destacando as características assumidas nesse processo. Também analisa as possibilidades de difusão e os requisitos que geram em termos de educação/qualificação dos (as) trabalhadores (as), dos quais se pode inferir um conjunto de elementos comuns e divergentes. Ao lado disso, entendeu-se que a utilização da abordagem de gênero no processo de trabalho, em contextos sociais diferenciados, permite perceber a repercussão desigual das mudanças sobre o trabalho, segundo o sexo do trabalhador.

As relações sociais de gênero, nesta abordagem, são compreendidas como um processo de construção social – o que enseja o desafio teórico de superar a dicotomia produção/reprodução e recuperar sua integração na idéia de que a produção de bens é social (transformação material *stricto sensu*), tanto quanto é socialmente construída a produção de seres humanos (reprodução social). Os estudos de gênero no campo da educação visam analisar as ligações materiais de poder<sup>2</sup> e a força pedagógica da política cultural. Em parte, isso significa tentar compreender como a pedagogia, tanto dentro como fora das escolas, pode ser usada não apenas como aprendizagem à mudança social, mas também como teoria à prática, instrução intelectual aos problemas da vida pública, à educação, à promessa de uma democracia radical e inclusiva.

Nessa linha de reflexão, para Scott (1995, p. 11) “as diferenças percebidas entre os sexos apresentam-se também como uma forma primordial de significado às relações de poder”. Destarte, compreendeu-se que as discriminações sexuais e a segregação ocupacional vêm dificultando o progresso das mulheres. O gênero, ao tempo em que constitui as diversas instituições sociais e práticas determinadas, institui maneiras de viver que, por meio das relações de poder, define para os sujeitos lugares diferenciados na sociedade e, assim, as desigualdades sociais, existindo uma construção social

---

<sup>2</sup> O núcleo dessa definição reside em uma hierarquia de poder em que se estabelecem os diferentes níveis das relações sociais – de gênero, de classe, de raça e de geração – existentes nas sociedades.

e histórica produzida sobre as características biológicas.<sup>3</sup> Desse modo, a abordagem de gênero permite entender as imagens construídas socialmente, marcadas por mitos, preconceitos, estereótipos, elementos que estruturam a divisão sexual e a organização do processo de trabalho, determinando, em grande parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho (ABRAMO, 1996, p. 23). Expressa a forma como cada cultura trata as diferenças sociais entre os sexos, configurando imagens e identidades masculina e feminina.

Entretanto, o entendimento desse processo, em geral, exige interlocução com o conceito de patriarcado<sup>3</sup> (uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas caracterizadas pela autoridade imposta institucionalmente do homem sobre a mulher e filhos, no âmbito familiar), considerado como sistema de dominação<sup>4</sup> masculina. O campo educacional questiona as relações patriarcais, a reprodução das relações entre os sujeitos, o caráter histórico e cultural de construção de identidades diferenciadas de acordo com o gênero, etnia, classe e geração, com o fito de gerar procedimentos democráticos de formação de vontade que, em última instância, produzam nova racionalidade no mundo da vida colonizado (HABERMAS, 1990).

A perspectiva adotada permite esclarecer os mecanismos que generalizam e especificam as diferenças e as disparidades nas dimensões temporais e espaciais, a convivência da contradição, cujo ritmo e característica acentuam o nível diferenciado e fragmentado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, os aspectos culturais e históricos que presidem os diferentes arranjos institucionais, as variadas formas de integração ao novo contexto internacional, ao novo “modelo” produtivo e as diferentes “trajetórias” de adaptação (HUMPHREY, 1995).

---

<sup>3</sup> Para Barbieri (1992, p. 2), “[...] a avaliação dos comportamentos sociais ultrapassa as diferenças biológicas”. Nesse aspecto, para Louro (1998 p. 25), “[...] a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o.”

<sup>4</sup> Com relação ao Nordeste, os padrões de relações sociais são distintos e bastante demarcados por suas especificidades: pela herança cultural e pelo espaço geográfico e temporal; pela dinâmica das relações sociais contraditórias que estruturam o quadro de sociabilidade e os padrões de comportamento dos diversos atores sociais; por condições de desenvolvimento econômico e processo de “modernização” conservadora/periférica na América Latina e no Brasil; pela herança de um passado de padrões de relacionamentos autoritários, reforçados pelos regimes militares; pelo modelo de família brasileira marcado pelo processo de colonização portuguesa; por padrões culturais calcados no modelo cristão, na construção das leis que regem as relações entre os sexos com vínculos de organização patriarcal.

A análise de gênero traz novas iluminações para a compreensão das discriminações sociais, dos estereótipos construídos nos processos de educação/formação e para o conceito de qualificação. Para discutir a educação e seus possíveis reflexos no trabalho de mulheres, necessário se faz descobrir situações de síntese. Impõe ampliar o conceito de trabalho e decifrar outros traços socioculturais que sustentam o imaginário existente sobre as relações sociais, no esforço de tratar, de forma articulada, as esferas da produção e da reprodução, para revelar a dialética contida nos vários processos que estruturam as relações sociais e as representações sobre o trabalho e a qualificação.

No momento atual de reestruturação do capital, existem indústrias altamente modernas e outras que vêm convivendo ao mesmo tempo com os modelos taylorista/fordista e o modelo de acumulação flexível. O primeiro é responsável pela fragmentação do trabalho em tarefas simples e repetitivas, e o segundo, pela introdução de modernas tecnologias, responsáveis por uma nova organização do trabalho. Entendeu-se que uma parte importante das experiências individuais e coletivas se estrutura em torno do lugar do trabalho e que este influi sobre as idéias e sobre a conduta das pessoas. Sua análise seria necessária para compreender o funcionamento da sociedade capitalista – uma sociedade constituída por homens e mulheres. Procurou-se esclarecer os efeitos diferenciados da reestruturação produtiva sobre homens e mulheres, visando externalizar mecanismos de exclusão e desigualdades presentes no novo modelo de produção flexível, considerando-se que a heterogeneidade constitui a principal característica desse processo de mudança (CRUZ, 1997, p. 34).

### **Reestruturação produtiva, racionalização na fábrica**

No último quarto de século, assistiu-se a mudanças nos contextos econômico, político, social e cultural no mundo. Segundo Harvey (1996), a partir da segunda metade da década de 70, estar-se-ia vivendo um período de transição histórica no capitalismo, passando de uma época onde prevalecia a regulação social fordista/keynesiana, para outra que ele denomina “acumulação flexível”. O primeiro período, que teria se estendido do pós-guerra até o início da década de 70, estava baseado na expansão material do capitalismo, organizada segundo uma estrutura de grandes corporações verticalizadas que monopolizavam os mercados. Essa expansão se deu,

principalmente, mediante a atividade industrial, cuja característica era a produção em massa, aliada ao aumento do consumo e ao crescimento do emprego. Mormente nos países desenvolvidos, essa forma de regulação social veio a forjar o que se convencionou chamar o Estado do Bem-estar Social. Outra característica presente nesse período se localizaria no âmbito da própria organização do trabalho. Esta se deu segundo os preceitos do taylorismo, cuja gênese remonta ao início do século XX, com Taylor e a Administração Científica do Trabalho.

O trabalho taylorizado foi concebido para ser extremamente dividido, submetido a uma separação estrita entre a fase de concepção – desenvolvida por uma minoria localizada no topo da pirâmide organizacional – e a de execução – realizada pela maioria dos trabalhadores, submetidos a intenso controle e supervisão. O trabalho deveria ser desenvolvido segundo um padrão único, previamente estabelecido pelo setor de planejamento e métodos, institucionalizando-se e fortalecendo-se uma estrutura industrial rigidamente calcada na hierarquia de poder e autoridade dos gerentes e das chefias. A extrema divisão do trabalho e as arbitrariedades sofridas pelos trabalhadores sujeitos a esta forma de organização, por outro lado, contribuíram para a consolidação de uma resistência operária que acabou incorporando, pelo menos nas economias avançadas, a própria grade ocupacional grandemente segmentada pelo taylorismo nas suas lutas e reivindicações, reforçando ainda mais a rigidez estrutural.

O período que se estende da segunda metade da década de 70 até os dias atuais apresentaria, ainda segundo Harvey (1996), indícios de ruptura em relação à situação anterior. Uma de suas principais características seria a perda da importância relativa do setor secundário da economia (em termos de emprego e na composição da riqueza nacional) em favor do setor terciário, particularmente o segmento financeiro, que apresenta excepcional expansão. No âmbito das corporações, além de uma nova onda de concentração de capital por meio de fusões e incorporações, passa a ter importância a busca da flexibilidade produtiva e do trabalho. Na esfera da produção, procura-se contornar a rigidez da estrutura industrial, principalmente, por meio de um duplo movimento: a expansão geográfica para zonas onde o controle sobre o trabalho é menos efetivo e a terceirização de atividades de apoio e de certas etapas da própria atividade produtiva.

Na esfera do trabalho, adotam-se novas práticas organizacionais que, ao mesmo tempo, visam ao aumento da produtividade e procuram desenvolver a cooperação e a lealdade do trabalhador em relação à empresa. Adotam-se novas iniciativas, como a busca de flexibilização dos contratos de trabalho formal (contrato por período determinado, tempo parcial de trabalho, etc), dos postos de trabalho (polivalência, multifuncionalidade) e das próprias relações de trabalho, utilizando-se de trabalho informal ou mesmo não remunerado, muitas vezes domiciliar, intermitente e sem proteção legal e incorporando essas modalidades precárias de trabalho à rotina regular das cadeias de produção. A mundialização da economia teria como tema principal, portanto, a busca de uma maior flexibilidade, considerada uma das características essenciais do capitalismo contemporâneo. Foi nessa ótica que se desenvolveu e foi disseminado internacionalmente o sistema de “produção enxuta”, também conhecido como “modelo” de especialização flexível.

A esse respeito, Coriat (1994, p. 12) apresenta uma visão bastante crítica. Afirmou que o Ohnismo, considerado como um conjunto de inovações organizacionais, não foi apreendido pela indústria brasileira, havendo, isso sim, uma tentativa de aclimatar localmente alguns processos. “Os métodos japoneses são utilizados no Brasil como ferramentas de racionalização do já existente, sem nada mudar nas lógicas fundamentais tayloristas e fordistas, que constituem o fundamento da indústria tradicional”.

As transformações em curso questionam a permanência das tradições e as incertezas com a modernidade. A adoção da perspectiva de gênero chama a atenção para as diferentes formas e particularidades que assumem as inovações tecnológicas no contexto do trabalho industrial, orientando alguns questionamentos: como o processo de modernização/inovação tecnológica e organizacional é percebido por gerentes e trabalhadores na indústria têxtil? As inovações introduzidas trazem consigo melhores oportunidades para as operárias, em termos de formação, treinamento, ascensão na hierarquia de postos e melhores salários? Comparativamente ao trabalho masculino, estaria havendo uma tendência à equiparação quanto às funções e remunerações correspondentes entre homens e mulheres ligados à produção, indicando, dessa forma, um movimento de ruptura com os conceitos socialmente correntes de divisão sexual do trabalho, estabelecidos pela segregação da mulher no mercado e nos locais de trabalho? De que modo a gerência

promove a motivação das operárias, para obter maior esforço e dedicação no desempenho de suas tarefas? Como as operárias integram e organizam os papéis na esfera privada familiar e na esfera pública do trabalho industrial? Procurou-se construir uma história cruzando-se as características da integração das mulheres na fábrica, as condições de trabalho, suas transformações e as imagens que sustentam seu trabalho, incluindo-se o estudo do fenômeno das mentalidades, porque, como disse Duby (1978), o imaginário, o sistema de representações, os valores e os sentimentos cumprem um papel tão importante como o sistema material no ordenamento das relações sociais.

### **Algumas observações metodológicas**

Dado o caráter exploratório da investigação, o estudo de caso apresentou-se como a técnica mais adequada. O trabalho de campo se circunscreveu a uma das mais antigas (94 anos desde sua fundação) fábricas do ramo têxtil sergipano, situada na zona urbana de Aracaju, escolhida pelo volume de seu pessoal, por integrar mulheres em diversas categorias ocupacionais e por introduzir o tipo de tecnologia e organização do trabalho. Foi utilizada uma metodologia consistente, com base em diversas fontes de observação: a investigação bibliográfica; a investigação documental e a investigação de base empírica, com observação na planta da fábrica e observação participante nos locais de trabalho e em reuniões com os(as) trabalhadores(as). Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto a diretores, gerentes e trabalhadores(as) integrantes de um universo de 304 (67%) homens e 145 (33%) mulheres, da área de administração e de produção. Procurou-se captar, nos discursos, as visões que informam a construção de diferenças, incorporando a dimensão temporal e os efeitos das mudanças em seu trabalho atual, comparativamente à situação anterior.

### **A industrialização brasileira**

O setor têxtil atualmente representa um setor de grande relevância para a economia brasileira, com forte impacto social e com um faturamento total equivalente a 4,4 % do PIB (que representa o valor agregado de cada segmento econômico) e emprega cerca de 1,9 % da população ativa. Em Sergipe, a fabricação de produtos têxteis, que é um tipo de indústria de

transformação, representa 23 (4,3%) do total das 536 unidades industriais (o total refere-se à soma de indústrias extrativas e de transformação). Nas unidades do estado, a fabricação de produtos têxteis integra 3.581 (17,3%) pessoas ocupadas na fabricação de produtos têxteis<sup>5</sup> do total de 20.710.

Após a abolição da escravidão, as fábricas sergipanas conseguiram uma produção têxtil local expressiva na exportação da produção, colocando-se em segundo lugar em relação às exportações de tecidos de algodão. Entre 1907 e 1920, a indústria têxtil sergipana cresceu a um ritmo muito mais acelerado que a indústria têxtil brasileira. Contudo, alguns fatores foram responsabilizados pela redução das exportações têxteis em Sergipe, colocando-as abaixo da média nacional: a importação de algodão, a partir de 1916; a ausência de uma rede pública de distribuição de energia elétrica; o aumento do grau de mercantilização decorrente da abolição da escravidão e da introdução do trabalho livre e o acirramento da concorrência inter-regional, além de outros fatores.

A redução do Brasil à condição de exportador marginal no mercado internacional, a partir do início do século XIX, criou uma concorrência entre os diversos produtores nacionais. Nesse período, os produtores sergipanos permaneciam no mercado de forma excludente, porque a economia sergipana estava fortemente ligada à praça de Salvador, diminuindo-se as exportações sergipanas com a criação de casas comerciais exportadoras da Província, estando algumas envolvidas com capitais estrangeiros (SUBRINHO, 2001, p. 198-199). Duas principais casas comerciais se destacaram nas duas primeiras décadas do século XX em Sergipe: Cruz, Irmão & C e a firma Sabino Ribeiro & Cia, caracterizadas por construírem fábricas de fiação e tecelagem de algodão. Boa parte das fábricas têxteis fundadas até 1930 era vinculada a essas casas comerciais com características diversificadas, como: Sergipe Industrial, a primeira fábrica de fiação e tecelagem de algodão; a fábrica têxtil de Estância; a fábrica Confiança de fiação e tecelagem; as duas fábricas têxteis fundadas em Vila Nova (Neópolis) e outra fundada em Propriá. Algumas fábricas fecharam depois da vinculação às firmas comerciais.

---

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Industrial, 1999.



## O trabalho industrial feminino

A modernização, iniciada nas últimas décadas do século XIX, afetou as ocupações tradicionais das mulheres, em particular no interior do país, e delimitou alguns bolsões de emprego feminino, como o serviço doméstico. As causas da presença feminina no início da industrialização brasileira foram: a passagem da manufatura para a maquinofatura e a nova organização do processo de trabalho. Na verdade, foi um período em que o proletário urbano ainda não estava formado em que havia escassez de mão-de-obra. À medida que a indústria se desenvolvia, diminuía a taxa de absorção de mão-de-obra feminina, utilizada como forma de rebaixamento do nível geral dos salários e como exército industrial de reserva.<sup>6</sup> Para Pena (1981, p. 29), “a representação da mulher no trabalho segue as mesmas linhas de sua representação na família”, pois ela vai se inserir no trabalho fabril em funções semelhantes às aquelas em que a sociedade determinou como naturais de seu sexo. Quando se fala da participação das mulheres na abertura do processo industrial, é importante ressaltar onde elas foram recrutadas, em que atividades se estabeleceram no processo produtivo e as condições de trabalho a que eram submetidas.

O trabalho fabril, em meados do século XX, representava a oportunidade de emprego para as mulheres<sup>7</sup> dos mais baixos estratos sociais, inclusive para crianças, que compuseram a mão-de-obra fabril, desse período, recrutadas de locais inferiores da sociedade; eram consideradas mão-de-obra desprotegida e direcionada para as atividades que exigiam menor conhecimento técnico. Por outro lado, aquelas que exigiam uma maior qualificação foram desenvolvidas por imigrantes, principalmente homens. As mulheres ocupavam funções mal remuneradas, que exigiam maior atenção por causa da simplificação do processo de produção. Elas estavam inseridas, também, em um contexto trabalhista de escravidão, exercendo dupla jornada de trabalho com a passagem do sistema de dormitório para o de vilas operárias. Ademais, elas eram exploradas pelo capitalismo, pois eram policiadas pelo patrão que representava a família patriarcal nessa relação de trabalho.

---

<sup>6</sup> A esse respeito, considera-se que a mulher não abandonou as atividades que contribuem para aumentar o rendimento familiar, mas continuava integrada ao sistema fabril mediante mecanismos de *putting out* ou de redes de prestação de reservas (PENA, 1981, p. 129).

<sup>7</sup> No romance **Os Corumbas** publicado em 1998, Amando Fontes aborda a problemática da mulher proletária no setor fabril.

Com a racionalização do processo industrial, as mulheres deveriam deixar as fábricas para se dedicarem ao trabalho reprodutivo. A diminuição dessa participação no setor fabril é explicada por alguns fatores: a organização nacional do processo de trabalho; a atuação da classe trabalhadora demandando a volta das mulheres ao lar; a legislação trabalhista de 1932, que reforçou a família monogâmica, e o papel da mulher nas tarefas reprodutivas. Em 1940, elas representavam a principal força de trabalho utilizada na indústria domiciliar; em 1944, o trabalhador masculino já era a mão-de-obra mais atraente para as indústrias.

Refletindo sobre trabalho e gênero no contexto industrial, Souza-Lobo (1991, p. 63) destaca a emergência da problemática das operárias nas práticas e nos discursos sindicais no Brasil no fim da década de 70, momento marcado por alguns fatores: mudança na composição da força de trabalho, pois entre 1970 e 1980 a participação das mulheres na força de trabalho industrial foi marcada pelo aumento global da porcentagem operária e pela inserção das mulheres nos diversos ramos industriais; desenvolvimento de novas práticas nos movimentos operário e sindical no final da década de 70 e surgimento dos movimentos populares de mulheres e de uma corrente feminista.<sup>8</sup>

### **História, modernização tecnológica e organizacional**

A Fábrica de Fiação e Tecelagem Confiança é a segunda do setor, fundada em Sergipe no dia 18 de outubro de 1907, sob o nome de Ribeiro Chaves & Cia. Seu surgimento se deu em um contexto de mentalidade industrial já implantado em Sergipe, o qual conduziu os empreendimentos realizados posteriormente. Sua existência marcou a efervescência econômica no estado, destacando-se pela produção e exportação de produtos, plantação de algodão e geração de empregos, como, também, pelo papel social efetivado por meio de uma política paternalista que possibilitava a concessão de benefícios sociais como: casas, assistência médica, creches e a criação de um time de futebol (Confiança).

Com relação à evolução do processo produtivo, em 1910, a fábrica apresentava 150 teares; em 1913, já estava com 200 e, em 1915, já possuía

---

<sup>8</sup> A questão da mulher no sindicalismo surgiu da confrontação entre as novas práticas sindicais e os discursos políticos. Essa confrontação trouxe elementos sobre a democracia na estrutura sindical e sobre as relações entre sindicalismo e feminismo enquanto campo político.

320. Hoje, possui 350 máquinas, emprega 452 funcionários. As máquinas antigas ainda não foram substituídas totalmente, em razão do alto valor de aquisição. Desde a fundação da fábrica até os tempos atuais, foram executados projetos de ampliação e modernização mediante recursos próprios e recursos externos, com a introdução de máquinas modernas que trabalham juntamente com as antigas. Com a racionalização de parte da produção, a indústria passou a atender pedidos de novos tipos de tecidos que saem da tecelagem já classificados na inspeção, de acordo com critérios de qualidade.<sup>9</sup>

A introdução de inovações tecnológicas (máquinas novas) no setor operacional mostra-se de uso restrito e conjugado com o uso de maquinários obsoletos de componente manual. A associação do homem ao domínio da tecnologia explica a dificuldade de acesso das mulheres à utilização de maquinários novos, pois elas tradicionalmente estão associadas a atividades não tecnológicas. A presença de mulheres em espaços masculinos desafia o senso enraizado de lugares reservados a homens e mulheres e os faz questionar sobre quais seriam as atividades “apropriadas” a homens e mulheres (POSTHUMA, 1996; COCKBURN, 1992). Assim, a reestruturação interna produziu e reduziu os níveis hierárquicos, afetando locais e postos onde as mulheres trabalhavam.

### **O perfil dos empregados da indústria**

A composição e o perfil dos trabalhadores questionam a dinâmica do contexto da indústria quanto às formas de gestão implementadas, tendo em vista ampliar a competitividade no mercado. Tradicionalmente, sabe-se que a presença feminina tem sido forte no setor industrial têxtil. Contudo, no caso estudado, no universo composto por 452 trabalhadores, 67,3% são homens enquanto 32,7% são mulheres. De imediato, a predominância masculina questiona a tese da histórica “feminização” do trabalho nesse setor têxtil, sugerindo barreiras de acesso/inserção para as mulheres. A assimetria entre os sexos, desvantajosa para as mulheres, certamente contribui para tornar as trabalhadoras mais vulneráveis ao processo de exclusão.

---

<sup>9</sup> A matéria-prima, o algodão, responsável pela produção têxtil é importado da Paraíba, Mato Grosso e de países como Argentina, Paraguai e EUA. Uma parte da produção (20%) fica em Aracaju, e o restante é exportado, principalmente, para São Paulo, Ceará e outros estados.

### **Idade, estado civil e número de filhos**

Com relação à faixa etária de 31 a 35 anos, predominam 15,2% de trabalhadores homens e 23,2% de mulheres. Enquanto, com a idade de 41 anos, considerada um segmento de idade madura, encontra-se um grupo de 25,4% de homens e 16,3% de mulheres. Quanto ao estado civil, os dados mostram haver um equilíbrio entre o total de 452 trabalhadores: 222 (49,1%) são solteiros, enquanto 222 (49,1%) são casados. Entre as mulheres, 72 (15,9%) inserem-se na condição de casada e com filhos. Este fato não parece constituir um elemento inibidor do ingresso da mulher neste mercado de trabalho. No contexto atual, parece, então, que outros requisitos como escolaridade e qualificação sobrepujam a situação de casada, uma vez que a operária parece acompanhar o comportamento da trabalhadora da classe média, prolongando-se na condição de solteira sem filhos e destacando-se na de casada com poucos filhos. O planejamento da natalidade possibilita libertar as mulheres para ingresso e permanência no mercado de trabalho.

### **Com relação à escolaridade**

Nos setores modernos da indústria, já se sabe que as qualificações adquiridas via escolarização formal têm um papel importante no processo de seleção da trabalhadora. Contudo, a grande maioria dos operários insere-se no nível do ensino fundamental, dificultando a sua adaptação às mudanças e justificando as demissões. A aquisição desses bens, ou do “capital cultural”, significa a acumulação de uma vasta quantidade de destrezas a serviço de interesses técnicos. A indústria vem realizando treinamentos de curta duração e alterou os critérios de acesso/inserção do pessoal, exigindo mão-de-obra mais qualificada. O nível fundamental incompleto é predominante (60,8%) entre os trabalhadores, sendo o nível médio o segundo mais expressivo (15,7%), integrando 7,3% de homens e 8,4% de mulheres. No nível superior incompleto, há, apenas, 1,3% de homens e 0,6% de mulheres. Contudo, em outros setores industriais que utilizam tecnologia de ponta (CRUZ, 1999), a escolaridade mais elevada é considerada uma estratégia de inclusão, isto é, mecanismos de contorno de que lançam mão as mulheres num mundo onde o poder (político, das gerências e direções superiores, técnicos dos quadros qualificados) emana de indivíduos do sexo masculino (CASTRO, 1993).

### **Ocupação e tempo de serviço**

Na indústria Ribeiro Chaves, confirma-se a segmentação horizontal (predomínio de mulheres em atividades secundárias, concentração dos empregos femininos em um pequeno número de setores, atividades e profissões – caixa, vendedor e fiandeiro, ajudante e assistente administrativo – e da “segmentação vertical ou hierárquica” (dificuldade de ocupar postos de direção na hierarquia da empresa, como gerentes, supervisoras) com pequenas chances de ascender profissionalmente, assumindo maiores responsabilidades e qualificações mais especializadas. As mulheres conseguem atingir a gerência de lojas nas extensões da fábrica (escolhidas por suas habilidades nos serviços de atendimento aos clientes). Os postos de direção são reservados apenas aos membros do grupo familiar da empresa.

Nas lojas situadas em pontos centrais da cidade, as mulheres ocupam 0,8% dos postos nas gerências, 1,5% são caixas, enquanto um número maior, 28,6%, desenvolve atividades como vendedoras, comparativamente a um grupo de 0,4% homens. Nesses postos, as mulheres consideram que suas habilidades são facilmente aprendidas na experiência de trabalho. A esse respeito, Kergoat (1987) alerta sobre o fato de que o trabalho considerado “fácil” e “desqualificado”, em realidade, exige uma energia considerável. Entre os fiandeiros da fábrica, três são homens, e sete são mulheres. Elas são preferidas para essa ocupação por apresentarem habilidades para o serviço de atendimento ao público externo (qualificações tácitas ou sociais), valorizadas como valor de uso, podendo ser transformadas em valor de troca na comunicação, para atendimento ao público externo e para ampliação da produtividade. Diante da valorização das qualificações “tácitas” ou do acúmulo de diferentes habilidades sociais pelo modelo flexível, tenta-se perceber, por meio do recorte de gênero, se as tecnologias atingem homens e mulheres de igual forma no setor industrial.

Predominantemente, no chão da fábrica, as mulheres estão alocadas em postos tradicionalmente femininos. Elas são submetidas ao controle de chefias masculinas com metas prescritas, dificultando sua autonomia e criatividade. A maioria dos trabalhadores (48,2%) que integra o coletivo apresenta tempo de serviço compreendido entre 1 a 5 anos, e 23,2% destes atingiram mais de 10 anos, significando que existe grande parcela de empregados que tentam se adaptar à transição do velho para o novo paradigma.

### Construção das representações dos (as) trabalhadores(as)

Os trabalhadores expressam sentimentos de prazer, realização pessoal e profissional. A indústria representa para muitos o primeiro emprego. Os trabalhadores associam a introdução de inovações tecnológicas às novas demandas de um perfil profissional dotado de maior escolaridade formal e como fator de eliminação de postos de trabalho.

No tempo da máquina manual era horrível para produzir. As máquinas modernas evitam os acidentes provocados pela lançadeira [...]. e exigem que o trabalhador tenha mais informações, tenha pelo menos o 1º grau e para tirar de letra. Vejo que o trabalhador não mudou muito, acho que essa máquina dispensa o magazineiro. Já quiseram me ensinar, mas a supervisão não dá oportunidades por ser um turno muito corrido, não dá tempo para aprender. O progresso traz demissões, muitos foram demitidos (Ajudante de tecelão, 51 anos, 4ª série fundamental).

Os trabalhadores expressam sentimentos ambíguos de fascínio e temor com os efeitos da introdução de inovações tecnológicas. Saber lidar com as novas tecnologias confere ao trabalhador *status* e prestígio entre os coletivos. A divisão social e sexual nas indicações aos treinamentos é justificada porque as mulheres priorizam os papéis reprodutivos, a educação dos filhos e a organização da unidade doméstica, fortalecendo sentimentos de incompetência, conformismo, medo de assumir desafios. A indicação para os treinamentos<sup>10</sup> é associada com apadrinhamento das chefias. No setor administrativo, as mulheres freqüentemente são orientadas para os cursos de comunicação, marketing, vendas, etc. Os cursos de flores, pintura em tecidos e outros são considerados adequados para o desempenho de tarefas de uma operária têxtil com “mãos delicadas de uma mulher”.

Essa visão sobre os papéis das mulheres coincide com as explicações de que as desigualdades na qualificação e, em conseqüência, no salário têm raízes nas diferenças de entendimento, de habilidades e destrezas ou na experiência, produto das desigualdades biológicas, apoiadas em um sistema de valores que hierarquiza a força sobre a habilidade. As tarefas pesadas e insalubres são associadas aos homens, e aquelas que exigem cuidados, às mulheres.

<sup>10</sup> A indústria, em parceria com outros órgãos, oferece cursos de soldador e mecânica, etc. Entretanto, são convênios que cobram dos participantes uma taxa por mês, taxa esta onerosa para os trabalhadores da indústria Ribeiro Chaves, uma vez que os salários são baixos.

A formação dos homens é associada a imagens de masculinidade, ao uso da técnica e da força física, enquanto a formação das mulheres aparece sempre relacionada a imagens de feminilidade. As diferentes obrigações atribuídas aos homens e mulheres em um lugar, a concepção de que as mulheres são aptas somente para alguns tipos e turnos de trabalho são práticas estruturadas no ciclo da vida de homens e mulheres como algo dado ou naturalizado e não como resultado de construções sociais conforme revelam os exemplos:

No ramo têxtil, só os supervisores, tecelões e contra-mestres participam de treinamentos técnicos. As mulheres [...] nunca são supervisoras, só chegam à categoria de tecelã, contra-mestre e mestre de seção, e nem expressam a vontade de serem supervisoras. Elas comentam em ser tecelã (Ajudante de tecelão, 51 anos, 4ª série do ensino fundamental).

A importância da qualificação/escolaridade formal é destacada na desvantagem das mulheres no trabalho, especialmente no setor operacional, onde, no confronto com os diversos, elas interiorizam os limites do que lhes é permitido no desempenho dos papéis. No setor administrativo, considerado um “gueto feminino”, apenas as mulheres integrantes do grupo familiar ocupam cargos de gerência. As mulheres manifestam interesse em ampliar a formação para obter segurança no emprego, ascensão na carreira profissional: “Quem não estuda vai para o trabalho doméstico nas casas de família”.

### **A competência exigida no trabalho**

“Considera-se que a valorização da qualificação social e das novas competências sociais possibilita o resgate do sujeito e o fortalecimento da cidadania” (CRUZ, 2000, p. 6). A noção de competência vem ampliar o conceito de qualificação. Ser competente, então, não é só ter capacitação específica, habilidades básicas exigidas para o posto de trabalho, é ter competência comportamental e interpessoal, isto é, acumular diferentes saberes adquiridos na vida cotidiana.

Na indústria manifesta-se a tendência à naturalização e à segmentação das habilidades de acordo com o sexo do trabalhador. Para os postos operacionais, são exigidas habilidades motoras como: agilidade, cuidado, atenção, rapidez, qualidade, disponibilidade de horários. Valorizam-se os

aspectos: pontualidade, qualidade em detrimento das competências sociais. Nos postos administrativos, especialmente para o atendimento ao público, as mulheres, muitas vezes, são preferidas por apresentarem outras habilidades sociais: capacidade de comunicação, argumentação e convencimento. Alguns trabalhos podem ser realizados por mulheres de acordo com sua natureza e são articulados com a fábrica, reforçando o papel complementar do trabalho da mulher. Assim, os saberes da experiência constituem a cultura em ação, saberes em construção. Neste sentido, existem várias reivindicações específicas dos trabalhadores dirigidas à revisão das relações de poder, que estruturam processos de exclusão e dificultam a construção da cidadania nos espaços de trabalho.

### **Conflitos na relação de trabalho**

A fábrica pode ser pensada como o lugar onde se produz o conflito (entre capital e trabalho), senão também como um âmbito onde pode se gerar o consenso e alimentar o sentido comum em torno dos papéis produtivos femininos e masculinos. Os conflitos e as relações de poder manifestam-se no cotidiano entre chefias e subordinados e ocorrem por diferentes motivos: desigualdade de oportunidade e diferença de gênero, competição, rivalidade, medo de reivindicarem direitos trabalhistas e, conseqüentemente, de exercerem a cidadania.

É mais freqüente, nos setores operacionais, os homens sempre ficarem do lado dos homens, e as mulheres expressarem frágil solidariedade no “chão da fábrica”.

Ao desempenhar a dupla jornada de trabalho, as mulheres precisam suprir as necessidades básicas da família e garantir o emprego. Assumindo novos papéis na esfera pública, a mulher não perde seus papéis específicos na esfera privada, que continuam sendo reforçados pela estrutura patriarcal da sociedade, por meio dos diversos mecanismos de controle desses sistemas. As mulheres ressentem-se de que os companheiros, com freqüência, repassam para as filhas as atribuições domésticas, direcionando sua colaboração para o espaço público (fazer compras, levar crianças à escola), reforçando a divisão sexual do trabalho. Nas diversas mediações em que se constroem as relações de gênero, concretizam-se as divisões sexuais do trabalho, constroem-se os projetos de carreiras, as trajetórias profissionais, formam-se as estratégias



que põem, de manifesto, que cada tarefa é dotada de gênero. A identidade estrutura-se por meio de múltiplas mediações, no jogo dialético das relações sociais fragmentadas, contraditórias, em constante mudança, nas interações de sujeitos com os grupos com os quais interagem.

A estrutura reprodutiva, o trabalho, a cultura e as práticas são considerados elementos formadores do indivíduo como pertencente a um grupo, no qual um se define e é definido pelos laços de solidariedade, sem, entretanto, mudar as diferenças individuais. Os processos de socialização pelos quais os indivíduos passam são significativos para justificar comportamentos de conformismo nas relações sociais, nas situações de trabalho e na racionalidade organizacional.

### **Considerações Finais**

No processo de reestruturação industrial, parecem combinar inovações tecnológicas com práticas conservadoras de gestão. Essa dinâmica provocou um expressivo número de demissões, consideradas, sob a ótica dos trabalhadores, como o ponto negativo do avanço tecnológico, mesmo reconhecendo alguns pontos positivos, como: agilidade nos serviços, qualidade total, maior participação entre os trabalhadores e exigência por uma maior escolaridade. Os trabalhadores temem reivindicar os direitos trabalhistas referentes à licença-saúde; as mulheres, principalmente, expressam temor e culpa por utilizarem a licença maternidade.<sup>11</sup> Os resultados evidenciam os aspectos mais marcantes do processo de reestruturação produtiva, o caráter, muitas vezes, contraditório dos posicionamentos dos trabalhadores e das possíveis variações nas interpretações por eles vivenciadas na especificidade do setor estudado.

Produzem-se diferentes perfis de trabalhadores: um que opera manualmente, sem acesso ao aparato computacional, e outro que opera com base em conhecimentos de informática. Para os postos operacionais, habilidades motoras (agilidade, atenção, rapidez, qualidade etc.) e, para os postos que trabalham com o público, habilidades sociais (saber atender ao público, saber comunicar-se, capacidade de convencimento, bom

---

<sup>11</sup> Conforme a CLT (2002 p. 127), as mulheres têm direito à licença-gestante de cento e vinte dias sem prejuízo do emprego e do salário. Apesar do direito garantido e do conhecimento por elas desse direito, as mulheres, quando estão no período de gravidez, ficam em estados de ansiedade e medo do que possa ocorrer com elas em relação aos seus empregos.

relacionamento interpessoal etc.). A segmentação hierarquiza e domina as ocupações, demonstrando não haver ruptura com os conceitos de divisão sexual do trabalho. Emergem os diferentes lugares de poder que mulheres e homens ocupam na hierarquia da indústria e que devem ser identificados para se compreender a construção das diferenças nos diversos âmbitos e aspectos da vida dos indivíduos, de acordo com o sexo, para estimular, assim, o conhecimento sobre as influências recíprocas entre as dimensões econômicas, políticas e culturais.

Observam-se atitudes defensivas de posições e território, ou “campos” de interesses conflitantes que expressam o “estereótipo do profissional masculino”, das identidades de acordo com o sexo do trabalhador. Compreende-se que a identidade de gênero vai-se construindo durante toda a vida. Na etapa adulta do processo de socialização, define-se por meio de distintas instituições e práticas sociais. Significa dizer que a noção de identidade estrutura-se por processos de socialização e se expressa nas formas de representação coletiva, que designam pertencimento. Nesse aspecto, a identidade de gênero seria uma maneira de nomear as diferenças que tomam como elementos de representações certos traços particulares globais. Falar de identidade é falar de marca, de traços diferenciadores que distinguem e definem os sujeitos, podendo assim incluí-los ou excluí-los de determinados contextos.

Um “viés cultural” tende a reconhecer nas mulheres uma qualificação menor que aquela que os homens podem naturalmente ostentar. Isso porque as experiências dos trabalhadores são moldadas pela estrutura social, ao mesmo tempo em que absorvem e reproduzem as desigualdades de classe/gênero e a “naturalização” das identidades fragmentadas e em conflito. Observa-se a persistência e mesmo a renovação das diferenças em contextos de intensa interação social. A maneira como isso é realizado ocorre pela recuperação das diferenças nas representações que alimentam o universo dos trabalhadores.

As distinções pontuadas na cotidianidade de trabalho produtivo reforçam uma imagem dos lugares e das tarefas que podem e devem ocupar as mulheres na fábrica. Assim, se foi construindo, gradualmente, um consenso sobre as propriedades, as condutas e os espaços próprios de mulheres. Desse modo, a geração de consenso se mostra atrativa.<sup>12</sup> Em razão de uma série de

<sup>12</sup> Alguns estudos históricos sobre a experiência de pessoas demitidas por fatores externos ao trabalho [bairros, comunidades nacionais] enfatizam os aspectos relacionados com a resistência nas fábricas em sua expressão mais visível.

fatores, como os processos de socialização/conformismo sofridos pelas mulheres em diversas etapas de suas vidas, elas tendem a não questionar ou rejeitar cotidianamente as “regras do jogo” que fundamentam e canalizam as relações sociais. Parece então que as representações, as normas e os valores, como práticas sociais, organizam-se de forma referenciada e legitimada por elementos constitutivos dominantes da sociedade. Essa influência cultural se alastra pelo espaço de trabalho.

Destarte, o aparato socioeconômico, político e cultural constitui uma moldura de sociabilidade para a construção de subjetividade e identidades, adquirindo significados específicos em cada contexto, a depender da localização e posição do indivíduo no tempo e espaço determinado. Fica evidente que, para desconstruir uma identidade, torna-se necessário contextualizá-la e, a partir daí, reconstruí-la. Isso implica que temos de nos aproximar dos sujeitos, concebendo-os sob a perspectiva de uma pluralidade dependente das diversas posições assumidas, mediante as quais são constituídos em diferentes formações discursivas.

Nesse contexto de transição econômica, social, política e cultural, emergem questões sobre a reconstrução de um novo projeto de modernidade e democratização da sociedade. Não se deve esquecer que o resgate da cidadania depende da reconquista de espaços, da partilha do poder, significando produzir e usufruir os bens materiais, culturais, simbólicos e compartilhar das decisões do poder.

#### **TECHNOLOGICAL CHANGES IN LABOR RELATIONS: A GENDER LOOK AT THE TEXTILE INDUSTRY**

**Abstract:** This paper had the objective to explain, under gender perspective, the transformations created by the introduction of new technological and organizational innovations in the dynamics of social relation. The paper gives priority to the advances observed in the growth of citizenship and on the universality of human rights among workers in textile industry. The results indicated that the economic growth and the industry development have a negative impact especially on the participation of women on industrial labor force, a negative impact especially under the woman participation in power labor work.

**Keywords:** Productive restructuring. Textile industry. Worker. Gender.

**REFERÊNCIAS**

ABRAMO, L. W. Imagens de gênero y políticas de recursos humanos en un contexto de modernización productiva. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Ed. da UFMG, out. 1996, p. 1-48.

CASTRO, N. A. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. **Estudos Afro-Asiáticos**, Salvador, n. 24, p. 23-60, 1993.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**. Tradução de Emerson S. Silva. Rio de Janeiro: Revan; Ed. UFRJ, 1994.

COCKBURN, C. Technology Production and Power. In: KIRKUP, G.; KELLER, L. S. (Org). **Inventing Women**. Oxford: Polity Press and Open University Press, 1992.

CRUZ, M. H. S. Trabalho, qualificação e relações de gênero. **Universidade e Sociedade**, São Paulo: ANDES/CUT. Sindicato Nacional de Docentes de Ensino Superior, ano 7, n. 13, 1997.

\_\_\_\_\_. **Modernização do trabalho e tradição**; estudos de caso sobre as relações sociais de gênero em indústrias estatais em Sergipe. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

\_\_\_\_\_. **As relações de gênero**: a inserção da mão-de-obra feminina em contexto de racionalização do trabalho no setor de serviços em Sergipe. Aracaju: UFS/CNPq, 2000. Relatório mimeografado.

DUBY, G. Historia social e ideologia de las sociedades. In: LÊ GOFF, J. ; NORA, P. **Novos Problemas**, Laia, Barcelona, v. 1, 1978. p. 157-158.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HUMPHREY, J. Industrial reorganization in developing countries, from models to trajectories. **World Development**, Great Britain Pergamon, v. 23, n. 1, jan. 1995.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 79-94.

PENA, V. J. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na construção do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

POSTHUMA, A.; LOMBARDI, M. R. Gênero e exclusão social no novo paradigma produtivo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: UFMG, out. 1996, p. 1-42.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1995.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho: dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense; SMC/PMSP, 1991.

SUBRINHO, J. M. dos P. A indústria têxtil em Sergipe: gênese, crescimento e limites de uma indústria periférica. In: SILVA, N. P.; HANSEN, D. L. (Org.). **Economia regional e outros ensaios**. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.

Artigo recebido em: 17/05/2005.

Aprovado para publicação em: 01/08/2005.